

REDAÇÃO

A redação no Enem

TEMAS DO ENEM (1as aplicações)

Veja abaixo todos os temas de redação da história do Enem:

1998: Viver e aprender

1999: Cidadania e participação social

2000: Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional

2001: Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?

2002: O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais que o Brasil necessita?

2003: A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo

2004: Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação

2005: O trabalho infantil na sociedade brasileira

2006: O poder de transformação da leitura

2007: O desafio de se conviver com as diferenças

2008: Como preservar a floresta Amazônica: suspender imediatamente o desmatamento; dar incentivos financeiros a proprietários que deixarem de desmatar; ou aumentar a fiscalização e aplicar multas a quem desmatar

2009: O indivíduo frente à ética nacional

2010: O trabalho na construção da dignidade humana

2011: Viver em rede no século 21: os limites entre o público e o privado

2012: Movimento migratório para o Brasil no século 21

2013: Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil

2014: Publicidade infantil em questão no Brasil

2015: A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira

2016: Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil

2017: Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil

2018: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

AS 5 COMPETÊNCIAS DO ENEM

A correção das redações do Enem é feita com um modelo padronizado de critérios. Ou seja, tirar a nota máxima não é sorte, é capacidade de **fazer um texto que se enquadre no que é pedido**. Lembre-se que um bom texto é aquele que cumpre a sua função, e no momento, a ideia é que ele se encaixe nessas 5 competências, disponíveis no Manual de Redação do Enem:

Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos

Cada um desses critérios é avaliado de 0 a 200 pontos, em 6 níveis diferentes de adequação. Ou seja, o aluno pode tirar 200, 160, 120, 80, 40 ou 0 pontos. Cada um desses níveis tem características pré-definidas para evitar que as opiniões pessoais do examinador interfiram na nota do estudante.

Competência 1 – Demonstrar domínio da escrita formal da Língua Portuguesa

Nesse quesito, os avaliadores irão averiguar como o candidato distingue as diferenças entre a modalidade oral e a modalidade escrita da Língua Portuguesa.



Na hora em que você estiver escrevendo a sua **Redação Enem** procure ser claro, objetivo e direto, além de ter um vocabulário diferenciado e rico.

- 1) Ausência de marcas de oralidade e de registro informal (como “aí”, “opa”, “supimpa”...)
- 2) Precisão vocabular (use palavras dicionarizadas, nada de querer falar bonito e inventar palavras que nem existem, ok?)
- 3) Obediência às regras gramaticais de:
 - Concordância nominal e verbal (plural-singular ou feminino-masculino dos nomes, além dos verbos, claro!)
 - Regência nominal e verbal (essa matéria pega muita gente, estudar um pouquinho sobre isso te ajudará a passar na frente de muitos candidatos!)
 - Pontuação (pela experiência que o Blog tem em Redação, vimos que pontuação é a maior dificuldade de todos, vai dizer?!)
 - Flexão de nomes e verbos;
 - Colocação de pronomes átonos (dê uma estudada sobre ênclise, mesóclise e próclise!)
 - Grafia das palavras (Não vai escrever “certo” assim, né: SERTO!)
 - Acentuação gráfica (muito importante também!)
 - Emprego de letras maiúsculas e minúsculas;
 - Divisão silábica na mudança de linha (translineação).

Competência 2 – Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo

Nessa competência da **Redação Enem**, os avaliadores verificaram se você entendeu o que a proposta de redação pede e, além disso, se você consegue aplicar o seu conhecimento de mundo (como assim?) quando for redigir seu texto dissertativo-argumentativo. Para não ter erro, siga algumas recomendações para a elaboração do texto:

- a) leia com atenção a proposta da **Redação Enem** e os textos motivadores (aqueles que aparece na prova para você ler e entender o tema), para compreender bem o que está sendo solicitado;
- b) evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores, porque foram apresentados apenas para despertar uma reflexão sobre o tema e não para limitar sua criatividade;
- c) não copie trechos dos textos motivadores. Lembre-se de que eles foram apresentados apenas para despertar seus conhecimentos sobre o tema. Se copiar, lembre-se que o corretor vai desconsiderá-lo na hora da correção, pois é plágio. Ok?
- d) lembre-se de que cada parágrafo deve desenvolver um tópico frasal;
- e) examine, com atenção, a introdução e a conclusão para ver se há coerência entre o início e o fim.

PRESTE ATENÇÃO: para atender às exigências do texto dissertativo-argumentativo da **Redação Enem** você deve:

- 1) Apresentar uma tese (ideia) e as justificativas (argumentos) que defendam o seu ponto de vista;
- 2) Utilizar estratégias argumentativas – são recursos que você pode utilizar para desenvolver os argumentos que comprovem a sua tese, tais como: exemplos, dados estatísticos, pesquisas, fatos comprováveis, citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto, alusões históricas, e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

Competência 3 – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista

O importante nessa competência da **Redação Enem** é sua capacidade de compreensão e interpretação acerca do tema proposto e de sua habilidade de argumentar a tese defendida por você.

Simplificando: você deve saber montar o seu texto **coerentemente, de forma lógica, sem confusão, para que sua opinião seja entendida na hora de corrigir**. A inteligibilidade de um texto depende de: **relação lógica entre as partes do texto, criando uma unidade entre todas as partes**; precisão vocabular; apresentação das ideias de forma lógica; e adequação entre o conteúdo do texto e o mundo real.

Competência 4 – Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação

Todo o texto é um **encadeamento lógico de ideias**. Cada parágrafo deve estabelecer relação com os anteriores, mesmo que a ideia seja nova. Para que isso ocorra com fluidez, você precisa ter conhecimentos dos recursos linguísticos que garantam a continuidade de um parágrafo ao outro, gerando um texto coeso.

Competência 5 – Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos

A última competência indicada no **Guia da Redação Enem** avaliará a sua proposta de intervenção na vida social. Lembrando que a proposta deve contemplar cada ponto abordado na argumentação, **mantendo uma relação**

direta com a tese desenvolvida e coerência com os argumentos utilizados. A coerência será um dos aspectos decisivos na avaliação.

Uma dica importante é: antes de elaborar a sua proposta, responda a essas duas perguntas: O que é possível fazer? A proposta que pretendo fazer é viável? Não sugerir nada vago, geral. Estabeleça uma proposta concreta.

TEXTO PARA ANÁLISE

A partir de meados do século XX, inicia-se uma nova fase tecnológica em todo o mundo: a Terceira Revolução Tecnológica e o advento da internet. Se o ambiente virtual, anteriormente, assustava por ser desconhecido, atualmente os usuários estão imersos em um contexto de manipulação e de desinformação. Nesse sentido, as informações podem ser forjadas e compartilhadas sem um controle específico, colocando em risco a credibilidade das informações.

A priori, é importante ressaltar que a amplitude do ambiente virtual pode ser danosa à liberdade. As informações podem ser criadas a partir de qualquer lugar do globo, oferecendo ao internauta uma sensação de segurança quanto ao conteúdo elaborado. Isso representa que o homem contemporâneo vivencia um momento similar ao de Victor Frankenstein, um estudante de ciências naturais que constrói um monstro em seu laboratório, no romance do século XIX. A diferença, entretanto, é que o monstro criado hoje é conhecido como “Fake News”: notícias falsas que circulam pela rede mundial de computadores com capacidade de prejudicar pessoas em todo o mundo.

Outrossim, a desinformação é um outro entrave no combate ao problema. Apesar de o Brasil ter crescido consideravelmente em número de usuário da rede, não se pode considerar que o uso dessa rede se faz com segurança e criticidade. Os usuários compartilham os dados sem a certeza de se tratar de algo verídico e sem a capacidade de prejuízo a terceiros. As eleições americanas foram o estopim, com denúncias de manipulação de opinião por notícias forjadas, para levar à presidência Donald Trump. Assim, entende-se que é urgente pensar no enfrentamento desse problema em solo brasileiro, uma vez que os danos dessas notícias podem afetar qualquer nação ou pessoa.

Impende, portanto, que a manipulação dos dados das pessoas é uma questão de liberdade de pensamento e, por isso, direito do cidadão. Cabe ao Ministério da Educação a implementação de programas e alterações nos currículos básicos a fim de que haja liberdade digital, para que todos sejam autônomos. Paralelamente, o Marco Civil da Internet deve ser repensado pelo Poder Judiciário a fim de aumentar fiscalização das corporações que se utilizem de informações com má fé e penalizá-las, quando necessário, visando ao bem-estar social conforme previsto na Constituição Federal de 88.